

# VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

N. 157 - Abril de 1979

## EDITORIAL

### Garantir na ação a unidade que derrotará a ditadura

O recém-empossado governo do general Figueiredo já começou a mostrar sua verdadeira face. Alguns dias após sua chegada ao poder, a opinião pública foi surpreendida pela brutal intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos do ABC paulista, enquanto se arrastam e prolongam as decisões referentes à «liberalização». Figueiredo aparece, assim, como um digno representante do regime militar instaurado há 15 anos no país.

É necessário que algo fique claro em toda esta questão de democracia e de liberalização. O governo de Geisel foi forçado a adotar medidas liberalizantes — e o de Figueiredo vê-se na contingência de seguir o mesmo caminho — porque a Nação nunca tolerou a ditadura militar e a repudia com vigor crescente. Mas Figueiredo fará certamente tudo que puder para protelar e diminuir o alcance das medidas que se impõem hoje. Qualquer medida democrática que seu governo seja levado a tomar contraria a sua natureza e será, fundamentalmente, o resultado da ação das forças oposicionistas, e não da boa vontade do governo. Sempre que as condições o permitirem, este governo procurará golpear as forças de oposição, impedir seus avanços e limitar os espaços democráticos por elas conquistados.

Quando os sindicatos não atuam de acordo com a vontade patronal e governamental, decreta-se a intervenção e utiliza-se sem pestanejar o aparelho repressivo. Naquilo que depender do governo, a anistia será a mais limitada e restrita possível. Ressurgem as ameaças de supressão das eleições municipais de 1980 e de implantação do voto distrital. A questão da criação de novos partidos é conduzida com o objetivo de dividir o campo oposicionista e de modo discriminatório, repressivo e antidemocrático, pois o governo anuncia que o PCB não poderá existir como partido legal. Estranha liberalização, essa que Figueiredo anuncia.

Felizmente, existe hoje em nosso país uma correlação de forças que possibilita derrotar os planos do governo Figueiredo e conquistar novos espaços democráticos. A cada movimento repressivo corresponde um aumento do desgaste e do descrédito do atual regime. O emprego da violência por parte do governo não resolve nenhum problema; ao contrário, torna mais evidente a distância que existe entre o sentimento democrático da grande maioria da população e os propósitos e atos antidemocráticos

do governo.

Na realidade, o que ganhou Figueiredo ao decretar a intervenção nos sindicatos? Nem a unidade do movimento grevista foi quebrada, nem o governo pôde se apoiar nos interventores para terminar a greve. O Ministro do Trabalho teve que negociar com as direções sindicais afastadas. Nas condições concretas em que se verificou o movimento dos metalúrgicos paulistas, o saldo é extremamente positivo e mostra que a área de manobra de que dispõe a ditadura para reprimir se restringe cada vez mais.

Tudo isto indica que as forças democráticas e oposicionistas podem avançar, desde que seja mantida a condição essencial para a vitória na luta contra o regime, ou seja, sua unidade. Isto indica também que o sentimento democrático existente no país se fortalece e ganha setores crescentes da população. A Nação não aceita mesmo o arbítrio e Figueiredo, queira ou não queira, tem que admitir este fato.

É justamente no quadro de fortalecimento do movimento oposicionista e de estreitamento da margem de manobra do regime que se colocam os movimentos populares e as manifestações grevistas — entre as quais destacam-se também as de professores de vários Estados — que vêm marcando a vida social e política nos últimos meses. Não nos referimos exclusivamente às greves dos metalúrgicos paulistas e de professores; inúmeros são os setores que manifestam abertamente o seu descontentamento diante de uma política que a maioria da Nação recusa e que o governo insiste em aplicar.

A incorporação efetiva do movimento operário e popular organizado à luta política só pode dinamizar e reforçar o conjunto das forças de oposição. O que é necessário, agora, é desenvolver esses movimentos a partir de suas reivindicações concretas e específicas, principalmente no momento em que o governo pretende descarregar o peso da política antinflacionária sobre os ombros das massas trabalhadoras. O êxito da luta pela democracia em nosso país e o estabelecimento de um regime que garanta as mais amplas liberdades democráticas dependem da ação de cada uma das forças que compõem o movimento de oposição. Esta ação é a melhor garantia da unidade em torno dos objetivos democráticos, que levará à derrota final deste regime.

Entrevista de  
Luís Tenório  
de Lima e  
Hércules Corrêa

(págs. 4, 5 e 6)

Entrevista  
exclusiva de  
Álvaro Cunhal

(pág. 7)

Figueiredo faz  
o contrário do  
que prometeu

(pág. 3)

A luta pela  
democracia mais  
ampla em todos  
os terrenos

(pág. 8)

O XV congresso  
do Partido  
Comunista  
Italiano

23º Congresso  
do PC Belga

(pág. 2)



## O XV congresso do Partido Comunista Italiano

O XV Congresso do Partido Comunista Italiano, culminação de quatro meses de discussões que envolveram diretamente 1.790.450 comunistas e, de uma ou outra forma, dezenas de milhões de cidadãos italianos, foi um acontecimento político seguido com atenção em todo o mundo.

Confirmando, aprofundando e enriquecendo as grandes linhas de orientação do PCI através de um debate vivo, aberto e sério, o congresso fez o balanço crítico das experiências e da reflexão dos comunistas italianos nos últimos quatro anos.

Segundo a ampla relação apresentada na abertura dos debates congressuais pelo camarada Berlinguer, secretário-geral do PCI, durante o período de preparação do congresso — além das assembleias de célula, foram realizados 12.113 congressos de sessão, durante os quais falaram 177.585 companheiros e companheiras. Nos 118 congressos de federação tomaram a palavra 4.077 companheiros. Além disso foram publicados 360 artigos nas páginas de *Rinascita* e de «L'Unità» dedicadas à Tribuna Congressual...».

Em sua relação o camarada Berlinguer apresentou uma ampla análise da situação internacional, salientando a necessidade de defender a política de distensão: «Sobre todos os problemas — afirmou ele — sobranceira e domina aquele da salvaguarda da paz e da salvação da humanidade.»

Grande atenção dedicou também o secretário-geral do PCI à análise da crise geral do capitalismo e do imperialismo e às peculiaridades de sua manifestação na sociedade italiana. «A crise que atravessa, já há longos anos a sociedade italiana — afirmou ele — tem a sua causa mais profunda na falta de uma adequada direção da vida nacional.»

Para Berlinguer, somente com a formação de um governo de unidade democrática, no qual participe o PCI, será possível enfrentar e superar a crise, promovendo uma renovação profunda da sociedade e do Estado. «Já consideramos anteriormente e continuamos a considerar válido — afirma Berlinguer — que tal governo represente na atual fase uma passagem indispensável não somente para sair do estado de emergência, para garantir um desenvolvimento positivo da ação renovadora em campo econômico, social e civil, mas também para superar completamente os estragos da concepção e da prática da discriminação e das prejudiciais ideológicas em relação ao PCI, reconduzindo o funcionamento do regime democrático aos seus corretos termos constitucionais...»

Em outra parte de sua relação, o camarada Berlinguer abordou autocriticamente algumas insuficiências na atuação do PCI. «No conjunto — afir-

mou ele — o partido afrontou as dificuldades objetivas e aquelas criadas pela ação dos adversários com capacidade e com coragem. (...) Naturalmente, durante estas provas difíceis, manifestaram-se defeitos e erros que os nossos congressos analisaram com franco espírito crítico e autocrítico. (...) Um desses problemas é aquele do desenvolvimento da nossa iniciativa para suscitar e organizar a intervenção das massas em relação e em apoio ao nosso trabalho no Parlamento, nas instituições locais, nos contatos entre os partidos. Em muitos casos, e por determinados objetivos, soubemos realizar uma ligação eficaz entre esses diversos momentos da nossa atividade.

«... Em outros casos — continua Berlinguer — esta ligação ou não se deu ou foi muito tênue e descontínua. Devemos sempre ter presente que, como demonstra toda a experiência passada e aquela deste último período, cada pequeno passo dado a caminho da renovação social e política somente pode ser levado a termo com o apoio de fortes e amplos movimentos de massa que mudem a correlação de forças e as posições, que vençam as resistências conservadoras, que desvelem comportamentos equivocados e antiunitários, que contrastem orientações e medidas erradas e que sustentem a ação no sentido de dar solução justa aos problemas do povo e do país. É necessário ter cada vez mais presente que cada medida de renovação comporta uma luta.»

Quanto à aplicação da linha do partido, o camarada Berlinguer localizou orientações sectárias que colocam em discussão a necessidade de uma política voltada à mais ampla unidade com todas as forças populares e democráticas. De outro lado, segundo analisou o camarada Berlinguer, estariam as interpretações oportunistas da política unitária que ignoram a necessidade de momentos de tensão e de confronto para bater resistências conservadoras e «pressões que querem nos obrigar a cedimentos que alterariam nossa identidade e a específica função do nosso partido. Uma coisa é o esforço — que fazemos e continuaremos a fazer incessantemente e autonomamente — para dar à nossa linha o desenvolvimento necessário para adequá-la às mudanças das situações e para abri-las à compreensão de novos estratos da população. Outra coisa é ceder às pressões dos adversários, na ilusão que isto favoreça o movimento operário e a democracia.

«...A experiência destes anos e as batalhas que devemos afrontar nos evocam a necessidade de uma luta permanente em dois frentes: contra o sectarismo e contra o oportunismo. Para ser eficaz, esta luta requer um desenvolvimento contínuo da nossa capacidade de elaboração política e programática e de iniciativa. Acontece, entretanto — frisou ele — que às vezes nos detemos em análises e em posições políticas e programáticas que não correspondem mais às novas situações criadas ou que se revelam ineficazes ou superadas ante a prova dos fatos.»

## Saudação do PCB

O representante do PCB no XV Congresso do PCI foi o camarada Salomão Malina, membro da Comissão Executiva do Comitê Central. A mensagem que levou a Roma, depois de abordar os problemas do quadro internacional e resumir a evolução da situação brasileira, destacando a posição política do PCB, conlui: «Consideramos importante ressaltar que, no quadro repressivo imposto pela ditadura como resposta à sua derrota nas eleições de 74, o Comitê Central de nosso Partido foi duramente golpeado: nove de seus membros foram assassinados e outros presos e torturados. A direção do PCB viu-se na contingência de se transferir para o exterior, numa situação nova, em que somente com o apoio internacionalista dos partidos comunistas dos países socialistas — principalmente do PCUS — e de outros partidos irmãos, pôde continuar a desenvolver suas funções. Neste sentido, queremos destacar a importante solidariedade que sempre recebemos do PCI. No que diz respeito à situação de nosso Partido no interior do país, conseguimos reorganizar-nos num nível que nos permitiu manter a iniciativa política.

Queremos congratular-nos com vocês, camaradas italianos, desejando-lhes sempre novos sucessos em sua política de unidade, pela construção de uma democracia nova e progressista na Itália, pelo avanço rumo ao socialismo na democracia.

Viva o internacionalismo proletário!  
Viva o Partido Comunista Italiano!».

## PC Belga realiza seu 23º Congresso

Com a presença de cerca de trinta delegações representando os partidos comunistas e organizações amigas e de delegações do próprio país vindas de Flandres, Valônia e Bruxelas, realizou-se na capital Belga, de 30 de março a 1º de abril, o XXIII Congresso do PCB.

O ato inaugural teve como ponto alto a apresentação do informe do camarada Louis Van Goyt, Presidente do Partido, que destacou as importantes tarefas atuais de sua organização diante da crise política em que está mergulhado o país, exatamente às vésperas das eleições europeias de 10 de junho próximo.

Nos dias subsequentes foram realizadas as discussões dos principais documentos apresentados pelos delegados vindos das diferentes regiões da Bélgica. Elas foram realizadas segundo uma nova técnica. Isto é, não através das habituais sessões plenárias e sim através de três comissões englobando todos os delegados a discutir um dos três documentos preparatórios elaborados pelo CC, bem como as partes correspondentes ao documento suplementar elaborado por esse órgão dirigente após as recentes eleições. A inovação visou a evitar a tradicional sucessão dos delegados na tribuna apresentando intervenções minuciosamente preparadas e abrir caminho a um debate mais rico e criador.

Aos delegados estrangeiros foi oferecido um extenso programa de visitas oficiais, onde se destacaram as feitas aos prefeitos de Bruxelas e Antuérpia e a visita ao porto desta cidade. Nesta ocasião os representantes dos partidos comunistas irmãos tiveram a oportunidade de conversar com o comitê de greve que ocupa desde 1º de setembro de 1978 a Raffinerie Belge de Petrole.

O PC Brasileiro esteve representado no XXIII Congresso do PC Belga por um membro do seu CC que foi portador de uma mensagem de nosso secretário geral Luiz Carlos Prestes.



## O fosso entre as promessas de Figueiredo e os atos do regime

A equipe dirigente formada em torno do general Figueiredo vem mostrando uma espantosa vocação para o descrédito público. Em pouco tempo, generalizou-se na opinião pública o sentimento de que «assim não dá». Constitui um fenômeno político importante a rapidez com que o governo abriu o seu jogo, revelando-se claramente como o continuador de um estado de coisas que a Nação não está disposta a suportar.

As violências policiais contra os grevistas do ABC, as intervenções em seus sindicatos, o bloqueio de importantes iniciativas parlamentares do MDB relativas à autonomia das capitais e à anistia, a exumação das velhas marotagens do voto distrital e da prorrogação dos mandatos municipais, tudo isso compromete a credibilidade das entáticas promessas de Figueiredo. A democratização parece ter sido relegada a circunstâncias mais propícias. O senador Sarney fala num prazo de dois anos. Já o agrícola Deifim, inovando no terreno da ciência política, faz depender a democracia do resultado das futuras colheitas. E o Ministro da Justiça procura suprir com amabilidades a falta de propostas políticas concretas.

Seria preciso o talento do finado Sérgio Porto pra nos fazer rir dos movimentos desengonçados dessa gente, que faz exatamente o contrário daquilo que a opinião pública reclama. No entanto, a situação do país nada tem de engraçado. Com uma inflação que chegou a 7,6% nos dois primeiros meses do ano (contra 6,2% em 1978), as condições de vida de grandes contingentes de trabalhadores atingem os limites do insuportável. As lutas reivindicatórias recentes abrangem um vasto leque de objetivos: salários, condições de trabalho, oportunidades de estudo, defesa do meio-ambiente, etc. Mais do que quaisquer estatísticas, elas atestam a gravidade dos problemas materiais que afligem nosso povo.

Em outras esferas da vida brasileira a situação não é menos preocupante. A liberdade de imprensa conquistada nos últimos tempos tem revelado a existência de sintomas de degradação da vida pública. A chamada «conexão baiana» é um exemplo. É acaciano dizer que o desenvolvimento da energia nuclear é uma questão grave, por todo tipo de repercussão econômica, social, ecológica, militar que ela implica. Mas é grave mesmo, e em qualquer país civilizado é objeto de debate, precauções, controle severo pelos poderes públicos. No Brasil de hoje, no entanto, a energia nuclear se inscreve no capítulo das marmeladas, dos trambiques. É esse apenas um caso entre muitos de descalabro administrativo, de incuria na gestão dos negócios públicos, de corrupção governamental, que avacalham as instituições nacionais e causam prejuízos duráveis ao país.

É visível hoje a exigência, por parte de uma vasta gama de forças políticas e sociais, de

uma profunda mudança política no país. Essa exigência se traduz no crescimento da opinião pública antiditatorial, na unidade e disposição de luta do MDB em torno do seu programa, na oposição de massas ao regime, tendo agora por centro a classe operária. É desnecessário o recurso a grandes elocubrações para se identificar o conteúdo das aspirações populares. O semanário ISTOE publicou uma foto dos grevistas do ABC escrevendo a palavra «Democracia» no estádio daquelas assembleias inesquecíveis. E a vida mostrando que a questão democrática, em nosso país, é indissociável das lutas pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores. O que o povo brasileiro deseja é, em primeiro lugar, um regime que garanta o respeito aos direitos individuais e as mais amplas liberdades públicas, políticas e individuais. Um regime fundado no pleno exercício da soberania popular. E, em segundo lugar, no quadro de um pacto entre todas as forças políticas interessadas na manutenção da futura ordem democrática, a constituição de um governo que se disponha a resolver os problemas mais prementes do povo e a defender os interesses nacionais.

Este conjunto de aspirações populares anima um movimento político, social e cultural sem precedentes no nosso país. Trata-se de um fato objetivo, que se impôs como um divisor de águas na vida política, condicionando o julgamento da opinião pública sobre os homens, partidos e instituições. É a maior ou menor disposição do governo a levar a sério essas aspirações, a responder politicamente a elas através de atos concretos, que condicionará o maior ou menor grau de consentimento que ele será capaz de obter. O mínimo que se pode afirmar no momento é que o governo Figueiredo começou mal. Consideramos no entanto que a temática do «aperfeiçoamento democrático» voltará à baila, oferecendo um terreno de luta de grande importância para a oposição. A procura de consentimento deve ser uma das preocupações que mais atenuam o espírito do novo presidente.

O relevo particular desta questão se explica, no seu caso, pelas circunstâncias em que o general Figueiredo foi nomeado para a Presidência: as de uma ditadura declinante, parcialmente tolhida em sua capacidade repressora, condenada pela maioria do povo, contestada por um movimento de massas crescente e por uma temerosa oposição parlamentar. Houve áspetos conflitos no seio do regime e a candidatura do ex-chefe do SNI conseguiu impor-se na base de uma proposta liberalizante em consonância com os sentimentos precavidos de influentes setores das classes dominantes. O general Figueiredo teve que fazer campanha eleitoral pelo Brasil afora em favor da ARENA, foi levado a dizer que a democracia era com ele, engajou-se a promover reformas políticas inspiradas pela oposição e reclamadas por componentes liberais de seu próprio partido.

Nessas condições, as promessas do general, descontando-se seus excessos de linguagem, não são vazias de significado político. Entendemos, por isso, que uma das linhas de batalha mais fecundas que se abrem diante das forças democráticas é a de cobrar essas promessas, a de exigir sua efetivação, a começar pela anistia. Com a participação decisiva do movimento de massas é possível ir além do horizonte estreito da democracia «à Figueiredo»: é possível con-

quistarmos novos pontos de apoio para o avanço rumo à plenitude democrática.

Evidentemente, as promessas do governo não constituem o norte da atuação das forças oposicionistas. O campo democrático dispõe hoje de uma plataforma unitária de lutas, fruto da resistência de nosso povo à ditadura, que se exprime no programa do MDB. Esta unidade deve ser buscada a todo custo. Ela constitui a base a partir da qual se pode encontrar uma alternativa de regime e de governo.

Além disso, a própria evolução do movimento de massas vai colocando na ordem do dia novos objetivos concretos onde se explicita, para cada componente das forças democráticas, o nexo entre as reivindicações específicas e a luta geral pela democracia. Os comunistas devem se esforçar para que esse nexo se evidencie cada vez mais ao nível da consciência dos trabalhadores, contribuindo para a crescente participação das massas na luta pela democracia.

## Schmidt: acordo nuclear garantido

Fartamente comentada pela imprensa, a visita ao Brasil do primeiro-ministro da R.F.A., Helmut Schmidt, deu-se no apagar das luzes do movimento grevista do ABC. Mesmo sem a perspectiva de novos negócios importantes que beneficiem o imperialismo alemão, é normal que o chefe do governo de um dos países que mais investem no Brasil venha sondar as disposições de Figueiredo e inteirar-se do que acontece em nossa terra. E o que talvez seja mais importante do que isso: trate-se, para Schmidt, de garantir o cumprimento do acordo nuclear assinado em 1975 entre o Brasil e a R.F.A., vultoso negócio que envolve muitos bilhões de dólares e que garante, numa época em que o desemprego aumenta enormemente nos principais países capitalistas, várias dezenas de milhares de empregos na R.F.A.

No que se refere ao acordo, parece que Schmidt poderá retornar tranquilamente a Bonn e anunciar aos grupos alemães que participam do negócio que o governo de Figueiredo se dispôs a cumpri-lo integralmente, apesar das condenações e críticas severas que o tratado despertou por parte de correntes significativas da opinião pública nacional, inclusive os próprios cientistas brasileiros. Em relação aos demais negócios em curso com o Brasil, e que foram ampliados principalmente pelo governo Geisel, Schmidt também pode considerar-se satisfeito. O Brasil, nos marcos da atual política econômico-financeira, continuará acolhendo prazerosamente os grupos financeiros alemães que quiserem «cooperar» com o desenvolvimento nacional.

O momento da visita, entretanto, não poderia ter sido melhor caso Schmidt quisesse colocar-se a par das intenções do governo de Figueiredo no que diz respeito à democracia. Num gesto truculento, o Ministro do Trabalho linha, poucos dias antes da visita ilustre, decretou a intervenção nos sindicatos metalúrgicos, em seguida a uma greve que havia causado a paralisação total da Volkswagen, principal produtora de veículos no mercado brasileiro. Será que Schmidt ou alguém da delegação que o acompanhou procurou saber das condições de trabalho e dos níveis salariais existentes na Volkswagen e nas outras indústrias, que foram as principais razões da greve? Será que o governo alemão se interessa realmente pelo que o capitalismo alemão faz nos demais países? É pouco provável. O que é certo, todavia, é que enquanto persistir o atual estado de coisas no Brasil, os grupos financeiros internacionais ganham o máximo; para as massas trabalhadoras, vai o que sobrar.

P. Gonçalves



## Movimento Operário

**V.O.** - Para começar, gostaríamos que você falasse das causas desse grande movimento grevista do ABC paulista.

**Hércules** - Em primeiro lugar, eu distinguiria três segmentos distintos, três tipos diferentes de reivindicações. A dos metalúrgicos do ABC, ligada à luta para que os adiantamentos conquistados em maio/junho de 78 não fossem compensados agora. A dos sindicatos do interior, para cujos associados a proposta patronal era mais aceitável. E a de Santos, onde uma empresa estatal, a Cosipa, concedeu aumentos acima dos índices oficiais, logo no primeiro momento. No primeiro caso, as grandes concentrações industriais do ABC; no segundo, as indústrias de médio porte do interior; e, em Santos, uma empresa estatal, do governo do Estado.

**Tenório** - Eu chamaria a atenção para o fato de que não se trata sequer de luta por aumentos salariais, mas pela recuperação do poder aquisitivo dos salários, que foi muito atingido pela política desse regime. Falar em aumentos salariais não seria correto.

**Hércules** - O que o empresariado está tentando impor é uma tabela proporcional, que já ganhou o apelido de tabela «Robin Hood», porque se trataria de «tirar dos mais aquinhoados para dar aos menos aquinhoados». A manobra é evidente: operar uma redistribuição de renda dentro da própria classe operária, deixando intactos os lucros das empresas, sobretudo dos grandes monopólios, das multinacionais.

**Tenório** - Tenta-se apresentar certas categorias de metalúrgicos como «privilegiados», porque ganham um salário maior. Isto não é novo: antigamente eram os estivadores, os marítimos e outras categorias. Já falamos até em «boisão do ABC», com o propósito de isolar estas categorias dos demais trabalhadores e do conjunto do movimento democrático.

**V.O.** - E a questão do delegado de empresa? Era uma reivindicação, digamos, muito política?

**Hércules** - Na minha opinião, essa greve, que não foi nem por aumento de salário, como disse o Tenório, foi muito política, porque se choca com toda a política do regime. Agora, a questão do delegado sindical na empresa é uma luta mais elevada, num nível mais elevado, mais difícil.

A greve do ABC, na minha opinião, traz um sem-número de problemas para o movimento. Nós devíamos fazer um esforço muito grande para analisar essa greve de vários ângulos. Não nos atermos à análise do problema de compensação ou não compensação do adiantamento salarial anteriormente conquistado. Isto seria rebaixar o nível dessa greve. Acho que essa greve é uma greve grande, em todos os sentidos. Não é uma greve qualquer. Quem quisesse analisá-la como se fosse uma greve qualquer cometeria um grande erro. Ela expressa uma série de contradições que há na sociedade brasileira e nas relações desse governo, do governo Figueiredo — e, quando eu digo governo, não o separo do regime — com a sociedade, em geral, e com o movimento sindical, em particular. Acho que as relações do governo Figueiredo com o conjunto da sociedade tendem a ser comandadas pelas relações entre o governo Figueiredo e o movimento operário e sindical.

**Tenório** - Sobre os delegados de empresa, o movimento sindical tem uma experiência acumulada desde antes de 64. As restrições impostas ao movimento operário e sindical depois de 64 tornaram ainda mais importante a estruturação desse tipo de organização nos locais de trabalho. Os legisladores que elaboraram a CLT tiveram muito cuidado em deslocar a luta de classes do âmbito da empresa e transferi-la para uma outra instância, a Justiça do Trabalho — passando pela assembleia do sindicato —, onde o poder de barganha, o poder de pressão fica condicionado à legislação existente. As Constituições que vêm vigorando depois da CLT encamparam esse conceito e, seja qual for o governo, seja qual for o regime, se baseiam na aplicação de lei. Esse tipo de lei que impõe aos assalariados e aos trabalhadores, em geral, os limites nas suas reivindicações e uma relação de trabalho que acelera tranquilamente a acumulação capitalista.

Partindo destes critérios, me parece justo e necessário que o movimento sindical coloque, em todos os momentos em que isto for possível, a luta

pela constituição desse tipo de organização. É claro que isto só se tornará efetivo na medida em que a democracia, ou os direitos democráticos, sejam assegurados a toda a sociedade. Porque não haverá direitos democráticos válidos para a sociedade, na minha opinião, se esses direitos democráticos não são assegurados a todos os trabalhadores, particularmente o respeito ao direito de organização, à liberdade de exercício dos direitos sindicais.

**Hércules** - Eu preferia abordar esse negócio por outro ângulo. O de que o Tenório falou é um, mas eu acho que há outro muito interessante e palpante nesse momento. Eu não conheço, em toda a minha atuação na vida sindical brasileira, eu nunca me defrontei com nenhuma força — que atua no movimento — que fosse contra a instituição do delegado sindical no local de trabalho. Claro, eu me defrontei com pessoas que se esforçavam mais e com outras que se esforçavam menos...

**Tenório** - Você diz entre os dirigentes sindicais...

**Hércules** - É. Todos sempre foram a favor. O Campista é a favor. Estou falando do Ari Campista porque é telhado de vidro, não é? De forma merecida, porque ele tem a sua trajetória. Todos são a favor. Agora, o delegado, a figura do delegado sindical, da comissão sindical de empresa, é uma questão prioritária, no sentido de ser posta no primeiro plano, na luta do movimento operário e sindical? Ou ela será uma consequência da luta em torno de questões, de reivindicações mais específicas do trabalhador na empresa, umas grandes e outras pequenas?

Esse é um problema que se debate muito. Eu queria deixar claro aqui o seguinte: existem forças e há companheiros muito honestos que dizem que o problema fundamental é mudar a estrutura sindical, para depois, então, resolver o problema das reivindicações. Eu acho que essas forças políticas e esses companheiros estão errados. Porque você, ao enfrentar a luta por uma determinada reivindicação na empresa, cria a necessidade de um mínimo de organização.

Não há nenhuma luta espontânea, espontânea, como se costuma dizer. Toda luta, eis apareceu, ela tem por trás de si um mínimo de ordenação. As vezes pode até começar por uma atitude de um indivíduo. Mas já é um ato consciente, planejado, conversado, articulado. Então, daí surge o delegado, vem a comissão. Ela é uma consequência disso. Eu acho que é um equívoco querer colocar uma coisa...

**Tenório** - ...na dependência da outra...

**Hércules** - Não digo apenas isso, mas como questão decisiva, como aquela que vai solucionar tudo. Eu acho isso muito importante porque o problema da estrutura sindical é, antes de mais nada, a implantação da organização sindical na empresa. Se a burguesia, como disse o Tenório, teve a preocupação de retirar o conflito entre capital e trabalho de dentro da empresa, isso significa que colocar a organização sindical dentro da empresa, em termos de delegados, de comissão, da forma mais ampla possível, é um problema do desenvolvimento e aprofundamento da democracia, que se resolve no conjunto da luta política geral do país. Sendo um problema de democracia, ele só vai ser resolvido de uma forma definitiva na hora em que os trabalhadores tiverem força própria, e também dentro da sociedade, influência sobre a sociedade, para empurrar, fazer com que a democracia atravessasse os portões da fábrica.

Eu acho que este é um problema muito sério, que não pode ser apresentado de forma simplista, como vem sendo apresentado por uma série de forças e dirigentes sindicais. Deve-se lutar por isso todo dia, toda hora, mas não se deve colocar a coisa em termos de «ou é isso ou não é nada». Por exemplo: o Heos Amorim tentou fazer isso em Osasco, na greve passada, e quase que fica sozinho. Agora, no ABC, em determinado momento se colocou essa questão como crucial. E ficou provado que não é. A questão crucial para a massa é compensar ou não compensar os 11%.

**V.O.** - A gente nota que a reivindicação, quer dizer, a questão do delegado de empresa estava colocada no início e ela desapareceu num determinado momento.

**Hércules** - Mas é porque o problema que mobiliza, organiza, bota em movimento as grandes massas é, nesse instante, uma coisa que se chama

# A greve do ABC novos no movimento e no conjunto

Participaram desta discussão sobre a greve do sindical brasileiro os camaradas Hércules Corrêa e Tenório Corbá, ambos ex-dirigentes sindicais nacionais estaduais — Hércules na então Guanabara e Tenório Corbá, operário têxtil, membro das direções da CNT de Guanabara até 1964. Luis Tenório de Lima, que foi diretor do Nordeste, Minas e São Paulo, foi eleito Trabalhadores na Indústria de Alimentação de São Paulo do Pacto de Unidade e Ação (PUA), de cujas direções presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Nordeste, Minas e São Paulo, foi um dos deputados estaduais de São Paulo impugnada. Em 1969 cassado, preso e condenado a uma pena de 30 anos

salário, e nos termos em que o Tenório disse, de restabelecer o poder aquisitivo do salário. Não está nem na faixa, ainda, de exigir aumento, está numa fase, digamos assim, muito elementar. Mas, mesmo se dando numa fase elementar, é profundamente política. É uma bomba. E a questão do delegado sindical é um negócio muito superior, é muito mais avançado, exige muito mais força acumulada.

**V.O.** - Você leram o manifesto de apoio lançado pelo Joaquim dos Santos Andrade, do Sindicato dos Metalúrgicos da capital, em solidariedade aos grevistas do ABC, e com um tom até surpreendente?

**Hércules** - O Joaquim mudou de linguagem e eu acho positivo o manifesto que ele lançou, na medida em que ele chamou à solidariedade com a greve dos trabalhadores do ABC. Positivo porque, com isso, o Joaquim passa a se comprometer com a sua categoria para organizar o movimento que vem aí, de outubro/novembro, que é outro momento importante na batalha que vai se travando entre o movimento sindical e o governo. Agora, por que o Joaquim tomou posição?

O Joaquim e o Argau (Argau Egídio dos Santos, presidente da Federação dos Metalúrgicos no Estado de São Paulo), na minha opinião, têm uma pretensão muito grande no movimento sindical, que é tomar a direção da CNT. É a confederação mais importante. E note-se que a diretoria da CNT tem uma atuação nula em relação ao problema das greves. A omissão continua sendo a política da diretoria da CNT e do Ari Campista, que beneficiam o patronato e a política do governo. O Joaquim e o Argau, na disputa pela hegemonia, entendem isso e, naturalmente, estão procurando se credenciar. Eu acho que essa pretensão deles é muito boa. Porque precisa-se chegar a ter, nas próximas eleições, uma diretoria da CNT diferente dessa. Uma diretoria que, pelo menos, se proponha a cumprir, a organizar a luta por aquilo que a CNT aprova ou diz aprovar. Porque o que separa a diretoria da CNT do movimento sindical, em geral, é que ela diz uma coisa e nada faz um função do que diz.

**V.O.** - De maio de 78 para esse momento a gente já nota diferenças muito grandes. Por exemplo: em maio de 78, os sindicatos foram prudentes, disseram «Não, nós tomamos conhecimento aí do negócio, etc...». Dessa vez, toda a confusão se passa inclusive na sede do sindicato, que é carcaça, com 4 mil pessoas lá dentro. A gente nota que o sindicato está se fortalecendo, ao contrário do que dizem algumas pessoas.

**Tenório** - Eu acho que essa diferença decorre de um elemento muito concreto. Se nós examinarmos que foram exatamente aqueles sindicatos que souberam encampar os movimentos de 78, que se deram no momento em que ainda era muito arriscado o sindicato se jogar na linha de frente, como entidade... Foram os que souberam interpretar, canalizar, dar ordenação, estimular — e aí usando



# C: fenômenos mento operário da sociedade

ABC e os problemas atuais do movimento operário e Luís Tenório de Lima, ambos vivendo atualmente no exílio em São Paulo — pela legenda do PTB. Hércules e do CGT, foi Secretário da Assembleia Legislativa meçou como analista químico em usinas de açúcar e sucessivas vezes para a diretoria do Sindicato dos Autores do Estado de São Paulo e, em janeiro de 64, foi eleito para o DIEESE. Em 1958, teve sua candidatura para o cargo de deputado estadual impedido de tomar posse. Em 1964, foi eleito deputado estadual e ficou preso de outubro de 1965 a abril de 1967.

de maneira tática e inteligente o processo — que se credenciaram e adquiriram força para assumir na primeira hora o processo em curso. Por sinal, a luta dos trabalhadores do ABC não está encerrada. É importante ter presente que não há acordo firmado. Há entendimentos, compromissos de cavalheiros, há uma trégua que a situação impôs às duas partes. O governo não pôde ir além do que foi e o movimento sindical não tinha força, não teve força para prosseguir impondo uma vitória. Então, houve um equilíbrio de forças, é uma trégua, onde uma parte ainda tem força, força de poder, aparelho de Estado, repressão, força econômica, para manobrar.

É uma fase de negociação, que o movimento sindical, no seu conjunto, deve levar muito em conta, porque uma vitória do ABC, hoje, significa o reforçamento de todo o movimento sindical e, em consequência, de todo o movimento democrático. Uma derrota nesse setor significa um retrocesso em todo esse processo. Daí ser necessário — e faço através da Voz Operária esse apelo — que os militantes e dirigentes sindicais, todos os que estão empenhados nisso, se voltem para a batalha da unidade, no sentido de encontrar o elo de ligação entre as lutas dos trabalhadores. E o elo de ligação desse movimento com as reivindicações dos trabalhadores no seu conjunto e com as forças democráticas dos vários setores da sociedade. Parece-me também perigosa a tese de que essa luta é dos trabalhadores, então os estudantes não devem se solidarizar, eu acho que é uma visão estreita.

**V.O.** - Você está se referindo ao que o Lula disse, que, quando se trata de problemas nacionais, muito bem, vamos nos unir todos, mas quando se trata de luta salarial, de uma luta que é travada pelos trabalhadores... Mas você não acha também que isto é ditado por uma preocupação com a acusação que o governo faz, de «infiltração», de «baderna»?

**Tenório** - Eu entendi a pergunta... Eu creio que essa pressão do governo — e quando falo do governo falo também do regime, do patronato, que é a mesma coisa, se identificam perfeitamente nessa hora — tem o objetivo de isolar o movimento e derrotá-lo. Daí mesmo a necessidade da solidariedade. Que não significa interferir na condução da luta. Cabe aos trabalhadores conduzi-la. E cabe aos trabalhadores buscar a unidade e a ação de todas as forças interessadas, porque há uma coincidência, como nós já analisamos, entre os interesses desse movimento do ABC e os do conjunto das forças democráticas.

Os interesses dos trabalhadores jamais serão atendidos e seus direitos jamais serão respeitados se não houver um clima de democracia. Por essa democracia necessária não lutam só os trabalhadores, lutam outros setores sociais. Há os estudantes, os professores, camadas médias, personalida-

des políticas, correntes da Igreja, tudo isto tem que se somar conscientemente, respeitando a autonomia do movimento sindical, a liderança dos seus dirigentes, a quem cabe dar o curso e negociar de acordo com os interesses dos trabalhadores. Agora, no conjunto geral eu acho que é um perigo e chamaria a atenção, porque aí, como você disse, seria exatamente fazer o jogo do governo, que ameaça com esse fantasma que é a infiltração.

**Hércules** - Eu acho que há uma diferença entre essa luta prevista do ABC agora e a de maio/junho do ano passado, e que isso decorre da mudança do quadro político. A relação de forças, na sociedade brasileira, está mudando, no sentido das forças progressistas e democráticas. O regime não tem mais a mesma força que tinha em maio de 78. Se ele tinha um poder de fogo 100, em maio/junho, eu entendo que ele hoje está com um poder de fogo 80, quer dizer: continua sendo um regime arbitrário, entretanto...

**Tenório** - ...em desgaste...

**Hércules** - ...não tem o mesmo poder de fogo, porque a sociedade o está cercado, imobilizando, isolando. Então, foi possível a greve do ABC agora ter como centro a sede do sindicato, e em maio/junho isso ainda não fora possível.

**V.O.** - E mais do que isto: um dirigente deposto, condenado ao «banimento perpétuo» da vida sindical, se representa, depois de um dia de silêncio, de dúvida, porque isso foi dramático...

**Tenório** - E reassume o comando da greve.

**Hércules** - Não, «pera» aí, ele não foi banido, não.

**V.O.** - Segundo a lei, pela CLT.

**Hércules** - Também não. É preciso conhecer as matrizes da CLT... Não foi banido, não. Eu vou ficar nisso. Então, primeira coisa: é diferente. Como eu acho que, se o movimento democrático conseguir e o movimento sindical não se deixar golpear daqui para diante, os acontecimentos que estão na pauta, previstos para outubro/novembro em São Paulo, em termos de reajustes salariais, também vão ser diferentes. Mas isso vai exigir um determinado comportamento de todas as forças que atuam no movimento sindical e das forças que estão lutando pela democracia no conjunto da sociedade.

Eu acho que a greve do ABC foi suspensa — porque esse é o termo que eu coloco — através de uma trégua imposta pelo governo. É bom ter clareza de que foi imposição do governo. De que o governo, quando faz a intervenção, acionou tudo o que tinha, forças, impôs uma trégua. Agora, muito interessante: ele impôs a trégua, mas não numa situação vantajosa para ele, governo. Numa situação de equilíbrio de forças, em que nem um lado nem o outro conseguiu levar a parte do leão.

Por isso é que, em seguida, o Lula volta para negociar. Porque este governo teve que admitir a presença do Lula exatamente por causa desse equilíbrio de forças. Não é porque o Lula é o Lula. É porque há uma relação de forças na sociedade que permite ao Lula voltar à cena dos acontecimentos. Há um equilíbrio. Chamando a atenção para esse equilíbrio, eu reforçaria aquilo que o Tenório já disse: o problema do ABC não terminou. Agora, começa um processo que pode levar a outra greve, aí na frente. Pode. O governo vai fazer tudo para que isto não aconteça, mas também não depende muito dele, porque há contradições no trato desse problema. O Theobaldo de Nigris, por exemplo, disse o seguinte: «Os empresários não negociam com padre: querem negociar com a representação dos trabalhadores». Aí, outra notícia: quem vai negociar em nome dos trabalhadores serão os interventores. Mas o Lula disse, quando encerrou a assembleia dos 80 mil, que aprovou a volta ao trabalho: «Não se relacionem com o interventor, se relacionem com o advogado do sindicato».

Então, você vê: o governo precisando da presença da Igreja para negociar e os empregadores sem ter interesse nisso. Eu acho que há setores no FIESP que têm interesse em colocar lenha na fogueira para que não haja acordo, forçar situações. Acho que o empresariado está dividido. Como há setores do empresariado que têm interesse em que haja um acordo. O Lula provou isso quando disse que foi procurado por empresários, que se dirigiram a ele no domingo, se não me falha a memória, e ele dizia: «Bom, então vocês se entendam lá entre vocês». E aí veio a ação do Ministro do

Trabalho. Há realmente uma série de conflitos. Agora, nós não podemos continuar com essa história de que o governo é que faz tudo. E preciso reconhecer que há forças no movimento operário e sindical que, nesse momento, querem testar suas estratégias. E daí a preocupação do Lula, que pode parecer assim uma atitude de querer botar a política fora do sindicato, mas eu acho que não, que, em certas coisas, ele está certo. Porque há forças que vão lá para dentro do sindicato numa hora dessas e resolvem dizer o seguinte: «Tem que colocar tudo em função de resolver o problema do delegado sindical de empresa. Esse negócio de aumento de salário é reformismo». Querem testar a sua estratégia e contribuem para o governo golpear o movimento, porque a predisposição, o estado de consciência da massa não é o da comissão de empresa, do delegado, mas sim de resolver a questão salarial. O governo tem consciência disso. Então, na medida em que uma força chega lá e quer transformar o problema do delegado em prioritário, em questão decisiva, do «dá ou desce», ela passa a contribuir para permitir ao governo dar uma serrafada no movimento e jogá-lo embeixo, ocorrendo aquilo que o Tenório disse que nós precisamos evitar: que uma derrota aqui prejudique a luta democrática geral.

... E eu estou dizendo isto porque, em determinado momento, os comunistas já fizeram isso dentro do movimento sindical. Em determinado momento, numa greve, a gente dizia o seguinte: «Tem que ser isso ou nada». E levamos algumas greves à derrota. Eu, pelo menos, levei algumas greves à derrota porque resolvia colocar como centro uma questão que era muito importante para o partido, para a linha política do partido, mas não era para a massa, naquele momento. Isso se chama confundir interesses do partido com os interesses da massa em cada momento. Eles são distintos. Num processo, eles terminam se casando, mas é preciso entender que é no processo.

A função do partido é exatamente essa, de prevenir, de formular com antecedência. Quando você tem essa capacidade, e isso é bom, e essa é a função do partido, você não deve confundir a com a situação do movimento, impor a um movimento determinado aquela solução que corresponde a uma outra etapa. Aí, vem o erro. O que você formulou está certo, mas não é para aquele momento da luta, não é para aquele estágio de consciência daquele movimento. Se você confunde as duas coisas, você leva o movimento para a derrota, e ainda derrota a tese do partido, então você é um desastrado no movimento. Isso existe e é preciso levar em conta que o governo Figueiredo vai jogar muito em cima dessa atitude romântica de várias forças de esquerda que atuam no movimento operário e sindical, hoje, no Brasil.

Os comunistas, que têm uma valha experiência e já sofreram muito, já foram arranhados bastante na sua pele por cometerem este tipo de erro, têm um papel muito grande a desempenhar agora, para não deixar que isto ocorra no movimento. Cada comunista, hoje, nesse movimento operário e sindical, tem que ter muita clareza e ser intransigente, não deixar que isso ocorra, em nome de uma experiência vivida e sofrida. Não deve haver, na minha opinião, nenhuma conciliação com esse tipo de coisa, porque senão nós vamos abrir caminho, inconscientemente, por romantismo, para que o governo golpee. E não venham me dizer que a minha postura é de bombeiro da luta de classes, porque eu não sou bombeiro da luta de classes. Mas não sou partidário de você botar fogo no circo e deixar a lona cair queimando em cima da assistência. Eu prefiro que a lona caia queimando em cima do inimigo e não em cima da assistência.

**V.O.** - O que vocês dizem do momento em que o movimento foi desencadeado, a três dias da posse, atravessando o processo de posse? Na história do Brasil, quando se conta isso, vai-se dizer: o novo general-presidente toma posse em plena greve do ABC. Como é que vocês vêem isso, e todo o desenvolver? Porque o Hércules falou uma coisa muito boa: esse movimento foi grande em todos os sentidos. Possivelmente, ele teve episódios ou formas de desenvolvimento que a gente nunca viu no Brasil...

**Hércules** - Assembleias de 80, 70 mil trabalhadores, isso é novo no Brasil. Novo inclusive para a Europa, que não conhece esse tipo de assembleia



## Movimento Operário

sindical. Eu não conheço. A maior assembleia que eu vi no passado foi uma assembleia de 50 mil no estádio da Mooca, mas que era de várias categorias...

**V.O. - Preparada muito tempo antes...**

**Hércules** - Muito tempo antes, por todos os sindicatos da capital de São Paulo, quer dizer, era um negócio assim fenomenal. Mas hoje você tem 80 mil em São Bernardo do Campo...

**Tenório** - O fato da greve ter-se dado enquanto um general estava arrumando os papéis, fechando a mala, limpando as gavetas para sair, e o outro pondo a gravata para entrar, eu acho que foi uma tática e revelou sensibilidade. Acho que não foi casual, foi uma tática inteligentemente craseada pelos trabalhadores.

**V.O. - Vocês chegaram a ficar um pouco... preocupados, quando souberam do rumo que estava tomando o movimento? Qual foi a expectativa de vocês? O impacto da intervenção, como é que vocês viram isso?**

**Hércules** - Antes eu quero meter o dedo aí no boto que o Tenório botou sobre a mesa. Eu acho o seguinte: precisamos prestar atenção ao fato de que há um avanço de consciência na classe operária e na população brasileira, porque senão nós vamos errar. Ai, sim, podemos ficar feito bombelros da luta de classes. Há um avanço de consciência e essas assembleias de 70, 80 mil, 15 mil, 20 mil, em outros sindicatos, expressam esse avanço de consciência.

Quanto à situação em que a greve eclodiu, eu mesmo dizia, no início do mês, que o momento era oportuno, mas dizia também ser preciso levar em conta que o aparelho repressivo do governo está intacto. Se estava havendo mudança de governo, o aparelho repressivo estava lá, intacto. Havia, além da mudança de governo, a diferença de enfoques entre setores do empresariado sobre a política econômica e financeira a adotar para seguir adiante. Há setores querendo testar o governo Figueiredo do primeiro momento, porque, se o patronato não abre mão da compensação dos 11%, eles poderiam assim mesmo ter uma atitude distinta, adotando a compensação para o próximo ano, por exemplo. E ainda podem ter. Mas houve um setor que disse: «Não, vamos botar para quebrar, aqui». Quem está dirigindo as fábricas conhece o estado de espírito dos operários, sabe de antemão, pelo sistema de controle que tem, se vai dar ou não vai dar greve. Eles podiam ter tido uma atitude diferente. Será que vão ter agora? Não parece. O Theobaldo de Nogueira diz: «Não vamos negociar com padre, não abrimos mão da compensação, aplaudimos a intervenção», quer dizer, é toda uma postura para o conflito. Como quem diz: «Vamos testar isso aí». Mas eu não tenho dados para dizer em que direção querem testar. Outra coisa importante é o governo ter sido obrigado a se comprometer com a Igreja, instituição que foi jogada nas negociações e que tem uma posição totalmente contrária a esse regime de arbítrio. Isso vai beneficiar o movimento democrático geral, na minha opinião.

**V.O. - A greve nos deu uma imagem de polaridade. Ressurge o piquete n. do outro lado, a intransigência dos patrões parece ter aumentado proporcionalmente à força do sindicato e do movimento.**

**Hércules** - Ai, eu agregaria a tudo o que já disse o fato de que uns três meses antes da greve os patrões botaram para fora das fábricas todos aqueles que eles sabiam ser os principais abvistas sindicais. Houve até uma reunião com o Lula para dar solidariedade as pessoas dispensadas. Eu acho que o piquete surgiu em decorrência desse fato. O que mostra também que os patrões tiveram uma atitude premeditada, em relação ao que vinha. Mas a greve veio. E foi necessário usar o piquete. Agora, isto deve ser muito triste para muitas pessoas que diziam antes que o piquete tinha saído da história do movimento sindical brasileiro. Não saiu porque o patronato, no seu reacionarismo, por não admitir a organização sindical no local de trabalho em qualquer nível, tornou necessária a volta do piquete.

Há outros fenômenos: as diferenças de comportamento entre o governo do Estado de São Paulo e o governo federal, entre o Ministério do Trabalho e os Ministros da área econômica. Por exemplo, falou-se aqui em banimento das diretorias dos sindicatos,

mas o Murilo Macedo decretou a intervenção nos sindicatos e baixou; em consequência disso, a nomeação dos interventores, mas não baixou nenhum decreto destituindo as diretorias.

**Tenório** - E, não há cassação dos mandatos, o ato não foi completo.

**Hércules** - Então, essa coisa que se falou aí, antes, o negócio do «foi banido», ainda não, e ao meu ver isto é muito importante porque revela o equilíbrio de forças. Outra coisa: o Delfim Neto está defendendo uma opinião diferente da do Mario Henrique Simonsen, que diz que contenção inflacionária não é compatível com greve. O Delfim tem dito o contrário. E ele foi o maior cão da fila, no governo Médici e anteriores, aplicando essa política. Então, o que mudou? De forma resumida, eu acho que há setores que pensam que, além das medidas adotadas (principalmente a tabela Robin Hood), para você obter o desaquecimento, dentro da perspectiva de 6% de crescimento com 20% de inflação, e reconhecendo na realidade brasileira a eclosão de um mundo de reivindicações, se pode obter esse desaquecimento na economia através de um sem-número de greves negociadas. É possível que haja esta intenção. A greve do ABC durou 15 dias. Para aquela indústria aí, é muito. Esse período de paralisação está funcionando também como desaquecimento da economia. O Delfim Neto é bastante inteligente, bastante malandro para conseguir os seus objetivos de classe através de mecanismos dessa natureza.

Eu levanto essas coisas aqui muito mais com a preocupação do movimento estudar e ver se, ao invés das greves prolongadas, não seria melhor começar a articular, junto com as greves, as grandes manifestações de rua.

**Tenório** - As greves de longa duração são, às vezes, mais difíceis. Daí ser interessante levar em conta a experiência acumulada, inclusive a adoção de outras formas de luta: concentração, manifestação de rua, parar uma hora antes e sair à rua todo mundo organizado para uma concentração, uma passeata.

**V.O. - E as outras greves? A dos professores do Rio... Há também um movimento para unificar as reivindicações do funcionalismo público, que é um tema que nós temos abordado pouquíssimo, e indevidamente, porque é muita gente, categorias muito importantes.**

**Hércules** - Eu acho importante. Mas eu acho que, nessa questão das greves... Eu notei, por exemplo, que a greve dos professores foi uma greve contra o Estado, altamente política. O fato dos pais terem apoiado ativamente revela que a família sente que o nível do ensino está caindo em decorrência da má remuneração dos professores. Essa greve significa que o poder aquisitivo dos rendimentos da família de camada média urbana caiu violentamente, tanto assim que um setor social como o de professores faz uma greve absolutamente proibida pela legislação, uma luta contra o Estado, e com o apoio dos pais dos alunos. Setores das camadas médias urbanas começaram a dotar a forma de luta do proletariado, o que é muito importante. Isso estava ocorrendo em 63/64. Vê-se que a situação do país é difícil e deve-se prever a eclosão de um sem-número de movimentos dessa natureza.

É eu chamo a atenção para isto porque a eclosão desses movimentos — que vai ser algo objetivo, na minha opinião — não deve levar as forças que estão lutando pelas liberdades democráticas a confundir isso com a chamada rebelião das massas. Nesse processo de abertura que vai se dando, empurrado pela sociedade, imposto pela luta, vão eclodir muitos movimentos, greves, e isto não pode ser interpretado como o ambiente propício para a «tomada do Palácio de Inverno». Não é. Vai haver um surto de reivindicações, de greves (e preciso considerar que isso é decorrência de 15 anos de reivindicações reprimidas), depois a tendência disso é ir para um leito normal. Confundir esse fenômeno com a chamada «grande explosão» seria um equívoco lamentável. Já há muita gente falando que isso aí é a democracia funcionando em direção ao «grande salto». Eu acho que não é, que isso é uma visão errada, de instrumentalização da democracia.

**V.O. - Haveria ainda uma série de questões a colocar — o 1º de Maio, as modificações na CLT, a queda da atual lei de greve, as perspectivas de derrota da política salarial da ditadura, a discussão**

sobre a unidade sindical e a unidade política dos trabalhadores. Nós voltaremos a elas oportunamente, porque a nossa falta de espaço é um problema (e pedimos desculpas aos nossos leitores por termos sido obrigados a usar este tipo miudinho na publicação dessa conversa). Para encerrar, duas perguntas. A primeira é ligada à volta dos dirigentes sindicais que foram cassados em 64. Houve um alívio de solidariedade ao Osvaldo Pacheco, quando ele saiu da prisão, dado pelos estivadores, trabalhadores de Santos. Em que medida isto representa a memória do movimento operário funcionando, reconhecendo uma série de coisas e pessoas? A segunda é a seguinte: vocês, alguma vez, receberam solidariedade de sindicato americano, como aconteceu agora? Aí talvez tenhamos também um sintoma de certos fenômenos de disputa de hegemonia que o Hércules colocou, e ao mesmo tempo um reflexo da importância que adquiriram o Brasil e a luta sindical no Brasil.

**Hércules** - Eu acho que os trabalhadores de Santos fizeram muito bem em oferecer esse alívio ou jantar ao Osvaldo Pacheco, com quem eu milhei no movimento sindical longos anos, quase um quarto de século. Os trabalhadores de Santos e de todo o país devem muito ao Osvaldo Pacheco, uma quantidade importante de reivindicações consagradas. O Pacheco sempre se dedicou de corpo e alma a essa luta e foi vítima dessa repressão brutal, dessa tortura brutal que esse regime de arbítrio empregou contra muitos militantes. O Pacheco, como tantos outros, foi vítima disso, e nós devíamos ter muita clareza a esse respeito, sem discutir aqui outros problemas. Eu acho que a sociedade brasileira está lutando numa direção em que o Osvaldo Pacheco vai conseguir voltar à sua atividade no movimento sindical, e nós devemos batalhar por isso. E quero declarar que acho que também vou conseguir esse direito e vou atuar junto com o Osvaldo Pacheco, com muita honra, no movimento sindical, para defender os interesses dos trabalhadores. Acho que esse alívio é realmente uma tentativa de jogar sobre o tabuleiro político de hoje a memória do movimento de ontem. E o Osvaldo Pacheco é um dos companheiros que expressa essa memória, como expressava muito bem o Morena e como expressam o Clodomir Riani, o Danto Pelacani, o Armando Ziller, esta figura que está aqui, do Luis Tenório de Lima, o Benedito Cerqueira, o Betistinha, o Rafael Martineli e tantos outros. Eles têm muito o que dar no terreno da prática, ainda, e muito mais no terreno da formulação.

**Tenório** - Eu queria dizer algumas palavras, sem me alongar, sobre a questão da solidariedade internacional. É correta a observação quanto à manifestação do sindicalismo americano em solidariedade ao movimento sindical brasileiro. É realmente uma coisa nova. Todavia, a solidariedade do movimento sindical internacional aos trabalhadores brasileiros sempre esteve presente. A Federação Sindical Mundial, desde a sua fundação, há 33 anos, sempre respondeu às necessidades de solidariedade do movimento sindical brasileiro na base de uma identidade de interesses de classe. Na Europa, na América Latina, as organizações sindicais dessa ou daquela corrente, indistintamente, têm se manifestado solidárias com o movimento sindical brasileiro em todos os momentos de luta. Através das mensagens de solidariedade já publicadas no Correlio Sindical você vê que o movimento sindical é conhecido fora do Brasil e há um interesse crescente. Isto é muito importante para os trabalhadores, o estabelecimento de vínculos mais efetivos entre o movimento sindical brasileiro e o movimento sindical internacional, indistintamente. Porque as multinacionais que atuam e que predominam hoje no Brasil estão impondo em nosso país uma política de acumulação capitalista à custa de mão-de-obra muito barata. E isso repercute nos países onde essas multinacionais têm suas matrizes e mesmo filiais. De modo que essa solidariedade tende a crescer, e o movimento sindical brasileiro tem que considerar isso como uma necessidade, tem que estabelecer vínculos que as leis têm dificultado, tem que romper com isso, sob pena de não se solucionar, nem aqui nem lá, a luta contra o mesmo empresário, contra o mesmo patrão. O patrão é um só, buscando mão-de-obra cada vez mais barata.



## Portugal: a liberdade tem cinco anos



A luta do povo português pela liberdade, pela democracia e pela justiça é algo que, além de nos interessar — como a tantos outros povos —, nos comove particularmente. Cinco anos depois das jornadas históricas de Abril de 1974, *Voz Operária* ouviu um dos mais dignos e legítimos representantes do povo português, e sem dúvida o mais autorizado a analisar a situação do ponto de vista dos trabalhadores, o secretário geral do Partido Comunista Português, camarada Álvaro Cunhal.

**V.O. - Camarada Cunhal, como você veria hoje os benefícios trazidos ao povo português pelo 25 de Abril de 1974?**

**Cunhal** - O 25 de Abril mudou radicalmente a situação portuguesa. O povo português viveu 50 anos sob uma ditadura fascista; hoje vive em liberdade. Viveu submetido ao poder político de meia dúzia de grandes grupos monopolistas e de algumas centenas de latifundiários; hoje as empresas desses grupos continuam nacionalizadas, os grupos não se reconstituíram e uma grande parte dos latifúndios continuam nas mãos dos trabalhadores, organizados em Unidades Coletivas de Produção (UCPs) e Cooperativas. Viveu os 13 últimos anos de ditadura mergulhado no crime de três guerras coloniais; hoje vive em paz e pode estabelecer relações de amizade fraternal com os povos outrora submetidos ao colonialismo português e constituindo hoje Estados independentes.

As forças reacionárias lançam grandes e violentas ofensivas contra as conquistas da Revolução. Existe um governo reacionário, que, desrespeitando a Constituição, as instituições e as leis, intensifica essa ofensiva. Mas o movimento operário, popular e democrático é poderoso. Confiamos em que o povo português conseguirá defender com êxito o regime democrático conquistado com a revolução.

**V.O. - Sabemos que a forma assumida pela queda do fascismo em Portugal decorreu de uma série de contingenciamentos e foi resultante da ação conjugada de forças disparas. Mas gostaríamos de saber como o PCB vê hoje o que houve então e a evolução posterior deste processo.**

**Cunhal** - As divisões no seio do Movimento das Forças Armadas e a aliança do Partido Socialista com as forças da direita contra as transformações das estruturas sócio-econômicas (designadamente contra a reforma agrária, as nacionalizações e o controle operário) conduziram a conflitos, confrontos e, finalmente, em Novembro de 1975, a derrota da Esquerda Militar. Depois disso, os sucessivos governos (a começar pelo Governo do PS, o partido mais votado nas eleições) tomaram como direcção da sua

atividade a liquidação das transformações revolucionárias alcançadas. Ainda não o conseguiram, mas a ofensiva continua.

Entretanto, com tal política, não resolvem um único dos grandes problemas nacionais e a situação econômica, financeira, social e política continua a agravar-se. Os interesses nacionais exigem uma viragem na política nacional, com a constituição de um governo democrático com uma política democrática.

**V.O. - Como evoluiu a solidariedade internacional à luta do povo português nesses cinco anos, qual é o quadro atual e quais são as perspectivas?**

**Cunhal** - O povo português recebeu numerosas provas de apoio e solidariedade de todas as partes do mundo, designadamente da URSS e outros países socialistas, de partidos irmãos, dos povos outrora submetidos ao colonialismo português e de suas vanguardas revolucionárias. Mas é também justo dizer que em momentos capitais talvez não tenha sido compreendida por todos a natureza e a importância europeia e mundial da revolução portuguesa e não tenha sido prestada a solidariedade de que o povo português carecia.

**V.O. - Como se manifestou — e se manifesta — a reação internacional contra as conquistas do 25 de Abril?**

**Cunhal** - Pressões diplomáticas e militares, ingerências na vida interna, boicote econômico e financeiro, ajuda poderosa à reação interna. Se não tivesse sido a ação do imperialismo contra a revolução portuguesa, as forças reacionárias internas teriam sido derrotadas de uma vez para sempre.

As imposições do FMI ruinosas para a economia portuguesa, o projeto de integração no Mercado Comum com a exigência simultânea da restauração em Portugal do capitalismo monopolista e as pressões políticas e militares da OTAN, à qual Portugal pertence, são no momento presente três aspectos capitais da ingerência imperialista contra a nossa democracia e a nossa independência nacional.

**V.O. - O que propõe o PCP para tirar Portugal da crise e qual a receptividade de suas propostas entre as massas e as forças e correntes políticas?**

**Cunhal** - O PCP propõe uma política baseada no respeito rigoroso pela Constituição, pelas liberdades e outras conquistas da revolução (designadamente nacionalizações, reforma agrária e controle operário), pela independência nacional. Fazemos propostas concretas. Defendemos a mobilização dos recursos e energias internas, o aumento da produção nacional, a diminuição de importações dispensáveis, a contenção dos empréstimos externos. Defendemos a formação de um governo democrático apoiado na

maioria de comunistas e socialistas que existe na Assembleia da República. Não sendo possível a formação de um tal governo, propomos eleições gerais antecipadas. As propostas do PCP têm cada vez mais um apoio mais largo no país, porque se torna cada vez mais evidente que uma solução para os problemas nacionais só com os trabalhadores e com os comunistas pode ser alcançada.

**V.O. - Como você sabe, a anistia geral e irrestrita é hoje uma reivindicação do povo brasileiro e uma palavra de ordem prioritária em nosso país. Como decorreu esse processo em Portugal, do ponto de vista político e jurídico-institucional?**

**Cunhal** - Ao longo de 48 anos de ditadura fascista, nunca houve em Portugal uma verdadeira anistia. Entretanto, a luta pela libertação dos presos políticos, apoiada pela solidariedade internacional, conseguiu fazer libertar um elevado número de antifascistas presos. E uma luta que exige grande tenacidade, forte espírito unitário e firme confiança no resultado, mesmo quando as possibilidades parecem de todo fechar-se. Do coração desejo que o povo brasileiro, o mais breve possível, tenha êxito na sua luta pela anistia e consiga libertar os seus presos políticos. Em Portugal, a libertação geral dos presos políticos só com o derrubamento do fascismo foi alcançada. Do coração desejo que o povo brasileiro, o mais breve possível, alcance também a liberdade.

**V.O. - Como você resumiria os problemas e as vantagens criados pela passagem à legalidade de um partido como o PCP, obrigado a décadas de clandestinidade?**

**Cunhal** - Antes de mais, no caso do PCP, deve ter-se em conta que não se tratou de «passar» à legalidade por transformações políticas verificadas no país sem intervenção do Partido. No caso do PCP tratou-se da conquista da legalidade no processo duma revolução em que o PCP representou importante papel. Nessas condições, procuramos manter tudo quanto de positivo o Partido adquiriu na luta clandestina e mudar tudo quanto se não adaptava à nova situação. Na Direcção conservamos o sólido e experimentado núcleo dirigente, mas ampliamos-lo e enriquecemos-lo rapidamente com quadros novos revelados e educados na exaltante experiência da própria revolução. Na política de quadros, tendo naturalmente em conta as provas dadas por cada militante, eliminaram-se as distinções entre «velhos» e «novos» militantes, entre os que vinham da clandestinidade e os que vieram depois. Na organização, adotamos métodos mais maleáveis de admissão, embora mantendo um alto grau de militância.

**V.O. - Como vai a «saúde» do PCP, atualmente?**

**Cunhal** - Magnífica. Agora e sempre. No VIII Congresso, em novembro de 1976, o Partido tinha 115 mil membros. No balanço de janeiro de 1978, 142.512 militantes. De então para cá, os efetivos continuaram a crescer. A influência de massas, o prestígio e a capacidade de mobilização do Partido aumentam também. Temos uma vida interna dinâmica e democrática de todo o nosso grande coletivo partidário. Existe uma ligação estreita e diária entre a Direcção Central, os organismos intermédios e toda a base do Partido. A unidade é completa. E o fato de o ser ao longo dos anos de luta em condições extremamente complexas e o melhor atestado da boa saúde do PCP.



# A democracia por que lutamos

(A propósito de comentários do Jornal do Brasil sobre as greves dos metalúrgicos).

No momento em que os metalúrgicos do ABC param as máquinas, cruzam os braços e realizam grandiosas assembléias de até 90 mil participantes, dando uma magnífica demonstração do que é democracia para os trabalhadores, não falta quem venha aconselhar os operários em luta à moderação. E isso em nome da defesa da democratização, que estaria sendo ameaçada exatamente por aqueles que mais a necessitam!

É só ler alguns editoriais da grande imprensa e, em particular, do JB para verificar o que é democracia para os chamados liberais; no dia 23/3, por exemplo, dirigindo-se aos metalúrgicos do ABC, o JB, indignado, os acusa de estarem cometendo «a imprudência — que mais uma vez se nutre da irracionalidade — de ameaçar a construção de uma sociedade mais democrática». E, após indagar dos operários o que pretendiam com a greve, passa à velha cantilena de que sem sacrifícios — certamente por parte dos trabalhadores — não se pode controlar a inflação.

Outros editoriais poderiam ser citados, mas o que importa no caso é a concepção de democracia neles expressa. E este é hoje um dos assuntos mais debatidos no Brasil, o que certamente não pode ser considerado casual.

Após 15 anos de ditadura, de terror e arbitrio, a maioria da Nação não apenas exprime das mais variadas formas seu anseio por democracia, mas também se interroga, formula e debate a respeito de como será a democracia que advirá no País com a derrota do regime atual. E o fim deste regime parece cada vez mais próximo, quando amplos setores da população se pronunciam contra ele, quando, principalmente, os operários e as massas trabalhadoras em geral lutam abertamente — recorrendo cada vez mais à greve — não só por melhores salários e condições de vida menos miseráveis, mas também pela autonomia e liberdade sindicais, pelo direito de greve, pelo reconhecimento dos delegados sindicais e comissões de empresa, por uma nova estrutura sindical, pelas liberdades democráticas, pela anistia ampla, geral e irrestrita, pelo direito de livre associação, incluindo a organização de partidos políticos, por uma Assembléia Constituinte livremente eleita e soberana.

Como se afirma na última Resolução Política do Comitê Central do PCB, de novembro 78, «os comunistas reconhecem que não são idênticas as concepções de democracia que circulam, explícita ou implicitamente, entre as diversas correntes da oposição». Elas expressam os interesses e a visão dos mais variados segmentos da sociedade brasileira. Respeitamos essas opções e estamos abertos ao diálogo com todas as correntes democráticas. Por isso mesmo, adquire atualidade crescente e grande importância a

definição clara da democracia por que nós — comunistas — lutamos.

Ainda na mesma resolução afirmamos que «para os comunistas, a luta pela democracia, pela manutenção, ampliação e aprofundamento das conquistas alcançadas, é parte integrante da luta pelo socialismo». O que queremos dizer com isso? Que nosso Partido proclama abertamente seu objetivo final como sendo o socialismo, ou, em outras palavras, a democracia socialista — a democracia mais completa e avançada que conhecemos, a democracia mais ampla em todos os terrenos: econômico, social e político; a democracia para a classe operária e todos aqueles que de uma forma ou de outra são hoje atingidos pela opressão capitalista. Vemos na democracia socialista aquele tipo de sociedade em que as mais amplas massas de nosso povo terão assegurados o direito ao trabalho e a um salário condigno, à educação e à saúde, à aposentadoria devidamente remunerada, à cultura e a todas aquelas conquistas que o mundo moderno pode assegurar, mas que ainda são destruídas apenas por reduziíssimas minorias da população brasileira. Somente a democracia socialista poderá criar as condições para que a maioria de nosso povo possa exercer de fato todos os direitos democráticos que, como é bem conhecido, mesmo nas mais avançadas das democracias burguesas nunca se tornaram uma realidade palpável para os trabalhadores, sempre foram e continuam a ser restringidas e boicotadas pelas classes dominantes. Para os trabalhadores desses países, a liberdade de associação, de palavra e pensamento, de ir e vir, de eleger e ser eleito, de influir de fato na vida nacional são conquistas arrancadas na luta diária e difícil contra o Estado capitalista, cada vez mais reacionário, centralizador e antidemocrático.

Entretanto, quando proclamamos a democracia socialista como nosso objetivo final, não negamos, nem ocultamos que uma questão fundamental se coloca: como ligar o presente ao futuro, ou seja, como ligar as lutas de hoje aos objetivos que pretendemos alcançar? Como transformar as lutas atuais dos trabalhadores pelos seus direitos e de todo o povo pelas liberdades democráticas num processo ininterrupto de ampliação e aprofundamento da democracia, que torne possível a vitória da revolução socialista?

Certamente, não será tentado deter o movimento de massas e frear sua revolta natural contra a situação de miséria e opressão reinantes no País, não será com apelos à moderação em nome de uma democracia acima das classes — que significa na prática democracia para as elites —, que se estará construindo o caminho que em última instância poderá levar ao socialismo.

A experiência nos indica que, mesmo nos curtos períodos em que houve alguma liberdade no Brasil — como em 45 ou nos anos que antecederam o golpe de 64 —, nunca se passou de uma democracia para as elites, em que as massas tiveram participação muito limitada, não obstante algumas conquistas importantes das forças democráticas, como a promulgação da Constituição de 46.

A debilidade do movimento operário e de massas, seu nível insuficiente de organização e unidade, o fato de o movimento ter uma feição bastante de cúpula contribuíram para que em 64 a fragil democracia brasileira fosse não só profundamente golpeada pelos representantes do capital monopolista nacional

e estrangeiro, como sepultada por um longo período de repressão, terror e fascismo.

Agora, passados 15 anos, toma-se cada vez mais claro para amplos setores de nossa sociedade que a conquista de uma democracia para as elites, da qual as massas estejam excluídas, seria um anacronismo. E não só. O principal é que os próprios trabalhadores estão mostrando que não se conformarão com essa exclusão e que estão dispostos a lutar por uma democracia em que tenham voz ativa, em que seus mais legítimos direitos sejam reconhecidos e consagrados.

Para nós — comunistas — o fundamental é, a partir do movimento real de massas, que indiscutivelmente está passando por um dos seus pontos mais altos com as greves atuais, contribuir para a organização, mobilização e unidade do movimento operário e sindical e de todos os movimentos populares e democráticos que se desenvolvem no País em torno da luta pelas liberdades democráticas.

Será a força real de movimento dos trabalhadores da cidade e do campo, manuais e intelectuais que determinará o perfil da democracia a ser conquistada com a derrota da ditadura. Será o nível de organização e unidade do movimento de massas (e a capacidade da classe operária de ir conquistando a liderança desse movimento) que garantirá não só a manutenção e consolidação das liberdades democráticas, mas assegurará que se avance para formas de democracia cada vez mais amplas e desenvolvidas.

É possível que com o fim da ditadura — devido à debilidade e desorganização ainda presentes no movimento oposicionista —, surja no Brasil um tipo de democracia bastante limitado e elitista. Entretanto, não nos conformaremos com tal situação e, apoiados no trabalho das organizações de massa — combatendo todo tipo de aventura, mas também de passividade e expectativa —, trataremos de impulsionar as lutas dos trabalhadores, contribuindo para que se avance para formas cada vez mais desenvolvidas de democracia, em que as massas de nosso povo possam decidir de fato dos destinos do País. Este o caminho que preparará as condições para a vitória de nossos ideais socialistas.

Anita Leocadia Prestes

## ASSASSINOS

Solomon Mahlangu, jovem militante do Congresso Nacional Africano, da África do Sul, foi enforcado juntamente com três mestiços e outro negro, no início de abril, pelo governo racista de Pretória. Seu assassinato prolonga a sombria lista de 232 execuções capitais em dois anos. Seu crime? Ser um líder de seus irmãos negros cuja popularidade era ascendente. Sórdido governo em desespero, o da África do Sul.

O PCB junta sua condenação à de todas as forças democráticas e progressistas do mundo, diante desse novo assassinato ignóbil, e conclama nosso povo à solidariedade com os povos da África Austral, para que eles mais rapidamente conquistem sua liberdade, livrando a humanidade do câncer que são os regimes racistas da África do Sul e da Rodésia.